



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ.

IFAP

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SIMEIA SANTOS MORAES

**OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I.**

MACAPÁ-AP

2022

SIMEIA SANTOS MORAES

**OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I.**

Projeto de trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em pedagogia do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP campos Pedra Branca do Amapari, com requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Prof. Formador: Karine Campos Ribeiro

Prof.^a Orientadora: Sandra Maria Nascimento de Mattos

MACAPÁ-AP

2022

OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I.

SIMEIA SANTOS MORAES

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como
requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em
Pedagogia pela Bancada Examinadora formada por:

Prof.^a Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos

Orientadora e Presidente da Comissão

Prof.^o. Esp. Raimundo Rodrigues de Almeida Neto

Membro parecerista

Prof.^a. Esp. Karina Coelho de Sena

Membro parecerista

Macapá-AP, ____ de _____ 2022.

Para meu Deus, Autor da Minha fé e para meus pais
por me ensinar a amar as pessoas.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me inspirar e me dar forças para chegar até aqui. Não há nada mais incrível que poder enxergar o agir de Deus em nossas vidas.

Agradeço aos meus pais, José Vianaldo dos Santos e Ana Clea Barros da Silva, e familiares mesmo distantes sempre estiveram presentes me encorajando a prosseguir e nunca desistir.

Muita gratidão aos meus amigos (as), por todo o incentivo e momentos memoráveis que me ajudaram a ver a perspectiva de Deus e me apoiam em todos os momentos.

Aos meus professores e orientadores, Raimundo Rodrigues e Karina Coelho, Sandra Mattos obrigada por todos os ensinamentos e conselhos.

Agradeço aos professores da rede pública pelo comprometimento em contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim sou grata a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente participaram da realização desse momento.

Resumo

O presente trabalho trata-se de pesquisa qualitativa, onde procurou analisar as percepções de professores sobre os alunos com deficiência, em uma escola em Macapá, de modo a identificar as ações e os desafios enfrentados por eles em sala de aula, para lidar com estes alunos e suas especificidades. Foram utilizados, entrevistas, um questionário como instrumento de pesquisa realizado com professores da sala de aula regular e professor da sala de aula de Atendimento Educacional Especializado –AEE, em uma instituição escolar estadual em Macapá. Percebemos que, mesmo com a declaração de Salamanca (1994), ainda nos dias atuais a educação especial é tratada por alguns descasos e de uma certa forma negligenciada, e é apresentada em grande parte em formas de interação e sem maior aprofundamento, realçando assim o preconceito nas escolas de ensino fundamental I. Foram analisadas as informações estão cada vez mais inseridas na escola regular, por sua vez destacamos que os professores ainda não estão preparados para lidar com as situações presentes ao incluir os alunos, ainda sentem dificuldades, apesar de buscarem atividades pedagógicas para assim desenvolver nas crianças uma aprendizagem que ainda não foi alcançada, deste modo o papel do professor é procurar promover a interação do aluno com deficiência com colegas e com todo contexto escolar, transformando suas necessidades em igualdade.

Palavra- Chave: Desafio de Professores, Inclusão no Ambiente Escolar.

Abstract

Teachers and the challenges of including students with educational needs, this work is a qualitative research, which sought to analyze the perceptions of teachers when students with disabilities, in a school in Macapá, in order to identify the actions and challenges faced by them in the classroom, to deal with these students and their specificity. Interviews, questionnaire were used as a research instrument carried out with teachers from the regular classroom and a teacher from the Specialized Care –AEE classroom, in a state school institution in Macapá. We realize that, even with the statement by Salamanca (1994), even today, special education is treated by some neglect and in a certain way neglected, and is presented largely in forms of interaction and without further depth, thus highlighting prejudice in teaching school is fundamental. I analyzed the information that is increasingly inserted in the regular school, in turn, we emphasize that teachers to deal with the present situations when including students, they still experience, they still experience difficulties, despite seeking pedagogical activities to develop in children a learning process that was not achieved, thus the role of the teacher is to seek to promote the interaction of students with colleagues and with the entire school context, transforming their needs into equality.

Keyword: Teachers' Challenge, Inclusion in the School Environment

Sumário

1. Introdução	01
2. Embasamento Teórico e Filosófico	03
2.1 História da Educação Especial no Brasil.	03
2.2 Conceituando as Necessidades Educacionais	05
2.3 Definição de Inclusão e de Necessidades Especiais	07
2.4. O Norma da Inclusão	12
2.5. A Escola e a Educação Inclusiva	15
2.6. Detalhando as Necessidades Educacionais Especiais	18
2.7. Os Conceitos de Aprendizagem e desenvolvimento, Segundo Vygotsky e Piaget Para uma Abordagem Pedagógica Inclusiva	21
2.8. Aspectos Pedagógicos na Inclusão	23
2.9. Recurso Que Pode Ser Utilizado e Que facilita o Processo de Aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais	24
2.1.1 A Escola Pública E os Desafios Encontrados	24
2.1.2 O Papel Da Família na Educação	28
2.1.3 Os Processos Educativos Utilizados Pelos Professores no 1º Ciclo de Alfabetização	34
2.1.4O Papel do Docente na Alfabetização de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.	35
2.1.5Contribuição aos Professores do Ensino Regular	36
2.1.6Inclusão Escolar.	38
2.1.7A Importância da Educação Inclusiva.	39
3. Caracterização da Escola	41
3.1Projetos Educacionais e Parcerias	41
3.2 Estudantes Bilíngues	41
3.3 Espaço Físico e Equipamentos	42
3.4 Regime de Funcionamento	42
3.5 Organização Escolar	42
4. Procedimentos Metodológicos	44
5. Proposta	44
6. Conclusão	47
7. Referências Bibliográficas	48
8.Apendices	50

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte do processo de realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade acadêmica obrigatória no processo de obtenção de título de licenciada no curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Os dados aqui apresentados, evidenciam a preocupação dos pesquisados quanto aos Professores e os desafios da Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Fundamental I. Neste trabalho, propõem-se uma pesquisa sobre inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na Escola Estadual Prof.^a Marly Maria e Souza da Silva, localizada no Macapaba II em Macapá-AP.

Parte-se da problemática: Quais os desafios encontrados pelos professores nos processos educacionais para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino fundamental I na escola Marly Maria? Para resolver essa problemática, nesse trabalho tem-se como objetivo geral: Analisar os desafios enfrentados pelos professores e as perspectivas para incluir alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar como objetivos específicos: Verificar as percepções que estes professores possuem em relação a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular; Investigar a formação dos professores a respeito do preparo para lidar com a inclusão na sala de aula e; Identificar as dificuldades vivenciadas e as perspectivas de avanços para que os professores superem os desafios da prática educativa.

Ao longo desta pesquisa apresenta-se um breve conceito do tema, as dificuldades encontradas por professores, os desafios dos professores em incluir o aluno deficiente em sala de aula, métodos de tratamento que podem colaborar ao inserir o aluno no contexto escolar e por fim obter dados a respeito do conhecimento dos professores em relação a inclusão e se eles incluem os alunos.

Entende-se que a formação de professores necessita cada vez mais de novos conhecimentos e especialidades, para que eles possam trabalhar de maneira adequada e desenvolver um ensino de qualidade para com os alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, é importante destacar de uma escola estruturada, com diferentes

recursos didáticos e com profissionais de qualidade, para que os alunos possam ser inseridos no contexto social.

Justifica-se a escolha do tema, considerando relevante investigar e refletir sobre os professores e os desafios no processo da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental I na escola Marly Maria e Souza da Silva, Macapá-AP. contudo é fundamental que haja da parte do professor atuante, uma prática que tenha a finalidade de incluir sem discriminação. É nesta pretensão, por meio desta concepção em relação aos fatores que a inclusão pode proporcionar a esses alunos com necessidades educacionais especiais, verificando quais as melhores estratégias metodológicas para facilitar a condução e na realização das atividades propostas da rotina de sala de aula e que auxilie no processo de ensino aprendizagem destes alunos, pois é relevante destacar que toda criança tem direito de estar na escola, sendo acompanhada com os recursos necessários, com material de apoio específico para usufruir cada vez melhor do ambiente escolar.

Neste sentido, o estudo abordado tem sua importância para a educação, pois tem sido feita muitas mudanças, principalmente quando se trata das orientações em relação a intervenção pedagógica, com a finalidade de que os sujeitos portadores de necessidades especiais garantam e adquiram uma aprendizagem satisfatória e significativa. Diante da lei, que respalda a inclusão de todos os alunos, ampara legalmente o direito de todos a frequentar uma escola de ensino regular. A inclusão é um movimento que vem caminhando durante muito tempo e que vem oportunizando aos alunos especiais acesso à permanência na escola.

Neste capítulo é apresentada a história da Educação Especial no Brasil, dando um panorama do que está acontecendo no cenário brasileiro. Após conceitua-se necessidades especiais e a definição de inclusão.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, até a década de 50 do século passado, praticamente não se falava em Educação especial. Foi a partir de 1970 deste mesmo século, que a educação especial passou a ser discutida, após muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes. Assim, a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), da aprovação de constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e da LDB de 1996 (BRASIL, 1996). De acordo com a declaração de Salamanca:

O conceito de inclusão e desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito a educação é para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Sendo assim a inclusão é uma criança com deficiência, sendo assim, os professores do ensino regular devem estar preparados para atender as necessidades dos alunos com deficiência (Declaração de Salamanca, 1994, p.5-6).

Historicamente a educação especial tem sido considerada como educação para pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também tem integrado o alunado da educação especial. Percorrendo um pouco mais sobre o histórico da educação especial no Brasil, observa-se que o atendimento as pessoas com deficiência tiveram início na época do Império com a criação de duas instituições: O Império Instituto dos meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant-IBC, e o Instituto de surdos Mudos, em 1878, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos-INES, ambos no Rio de Janeiro.

A declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) contribuiu de maneira incisiva para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo. Ao longo da história, verifica-se que a educação especial esteve marcada, inicialmente pelas segregações e exclusões. As pessoas com deficiências eram, muitas vezes, ignoradas, abandonadas, encarceradas e até mesmo eliminadas. Num segundo momento, reconheceu-se que essas pessoas possuíam

certas capacidades, ainda que limitadas, entre elas a de aprender. No entanto, predominou por longo período da história um olhar de tutela em relação a esses sujeitos e a prática

Para com as pessoas com deficiência passou da rejeição a “proteção”, utilizando-se para tantos asilos e abrigos dos quais essas pessoas raramente saíam, além de receberem tratamento e práticas inadequadas. (FRANÇA, 2014).

Em um terceiro momento, pelo reconhecimento do valor humano e dos direitos desses indivíduos (UNICEF, 1990), adotou-se como objetivo o oferecimento de educação para todos, e com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) proclamou-se, entre outros princípios, a necessidade de inclusão da educação especial dentro dessa perspectiva. Olhando para a história da inclusão podemos afirmar que essa história passou por muitas fases ao longo do tempo, suportando modificações em relação às culturas. Na Idade Antiga, houve um período de grande exclusão social. Nessa época as crianças, as quais nasciam com alguma deficiência, não tinham oportunidades de conviver socialmente, já que eram abandonadas ou mesmo eliminadas (CORREA, 1999).

Na Idade Média, pessoas com deficiência eram também marginalizadas, até por questões sobrenaturais, rotuladas como inválidas, perseguidas e mortas. Assim, muitas vezes, as famílias preferiam escondê-las e privá-las da vida comunitária e social. A ideia de promover aos filhos, qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma prática comum. Conforme Jannuzzi (2004), no Brasil, por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes restringia-se aos sistemas de abrigos e a distribuição de alimentos, nas santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais.

No século XX, a questão educacional foi se configurando, mais pela concepção médico-pedagógica, centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação e configuram a concepção na linha psicopedagogia, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançam os estudos em Educação Especial no Brasil (MAZZOTTA, 2005).

De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcam o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais, especialmente no que diz respeito às pessoas com

deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação, explicados logo a seguir:

***Marginalização** – atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população.

***Assistencialismo** – atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção as pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.

***Educação/reabilitação** – atitudes de crença nas possibilidades de mudanças e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Sasaki (2006) ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão:

***Fase de Exclusão:** não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

***Fase da Segregação Institucional:** pessoas com necessidades especiais eram afastadas das famílias e recebiam atendimento em instituições religiosas ou filantrópica. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

***Fase de Integração:** algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas as escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.

***Fase de Inclusão:** todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classe comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

2.2. CONCEITUANDO AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS

Em relação as necessidades dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, esses alunos não são necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais, o qual começou a se evidenciar a partir das discussões

do chamado “movimento pela inclusão” e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre educação especial, realizada em Salamanca na Espanha, em 1994. Nesse evento, foi elaborado um documento mundialmente significativo denominado

“Declaração de Salamanca” e na qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais. De acordo com essa declaração, durante os últimos 15 ou 20 anos tem se tornado evidente de que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por qual motivo for.

A declaração de Salamanca, portanto, estabeleceu uma nova concepção, extremamente abrangente, de “necessidades educacionais especiais” que provoca a aproximação dos tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que todos possuem ou podem possuir, temporária ou permanente, necessidades educacionais. Dessa forma, orienta para a existência de um sistema único, que seja capaz de promover educação para todos os alunos, por mais especial que este possa ser ou estar.

Para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, também que se tenha preocupação e cuidado com a linguagem que se utiliza. Afinal, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, aceitação, respeito ou preconceito e discriminação em relação as pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características. Segundo Sasaki, (2005) se, desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, é imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos.

Sabemos que os termos podem ser considerados corretos ou incorretos, em função de diferentes valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, com o decorrer do tempo, mudam-se os valores, mudam-se os conceitos e, mudam-se também os termos. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita mais neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos. A preocupação com a terminologia está no fato de que o uso incorreto de um determinado termo ou palavra pode reforçar e perpetuar ideias e informações equivocadas e conceitos ultrapassados.

Este fato pode, muitas vezes, ser a causa da dificuldade ou da demora com que as pessoas em geral e até mesmo os profissionais mudam seus conceitos, comportamentos, raciocínios e conhecimentos em relação as pessoas ou grupos de pessoas consideradas ‘diferentes’. Sasaki (2005) ressalta ainda que isto pode, também causar resistência contra mudanças de paradigmas como o que está acontecendo, por exemplo, com os termos “integração” e ‘inclusão’ em todos os sistemas sociais comuns.

No Brasil tem ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assunto relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas discriminatórias. A expressão ‘necessidades educacionais’ tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas etc., tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotado, incapacitados, superdotados, entre outra.

Está associada, portanto as dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas as deficiências. Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou-se deslocar o foco do ‘especial’ do aluno direcionando-o para as respostas educacionais que eles requerem, ou seja, evita-se enfatizar os atributos ou condições pessoais influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização e ressalta-se a importância do papel da escola em atender cada aluno nas suas especificidades. Dessa forma, quando nos referimos as necessidades educacionais especiais devemos ressaltar o papel da escola nesse processo em atender ao aluno e não nas dificuldades que ele apresenta. Assim, respeitar a diversidade e manter a ação pedagógica tornou-se desafio no desenvolvimento do trabalho com alunos que apresentam necessidades especiais.

2.3. DEFINIÇÃO DE INCLUSÃO E DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, também que se tenha preocupação e cuidado com a linguagem que se utiliza. Afinal, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, aceitação,

respeito ou preconceito e discriminação em relação as pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade orientou-se na elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de deficientes nos últimos 50 anos. Este parâmetro consiste em criar mecanismos que adaptem os deficientes aos sistemas sociais comuns e, em que possa participar ou tentar acompanhar o ritmo dos que não tenham alguma deficiência específica. Diante disso, a sociedade deve mudar suas estruturas e serviços oferecidos, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptações específicas para cada pessoa com deficiência a serem capazes de interagir naturalmente na sociedade.

Todavia, este parâmetro não promove a discriminação e a segregação na sociedade. A pessoa com deficiência passa a ser vista pelo seu potencial, suas habilidades e outras inteligências e aptidões. Dessa forma a Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais, de uma forma em geral, tem como foco destacar a importância de estar discutindo e buscando meios adequados para que possa haver um processo de inclusão que atinja todas as classes sociais.

Para avançarmos nesta discussão, é importante reconhecer que a Educação Inclusiva como hoje a reconhecemos representa a etapa atual do processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial, que historicamente vem acompanhando os movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das pessoas com deficiências.

A doação deste enfoque com a Educação Especial redimensione o seu papel, se durante muito tempo, ela configurou-se como um sistema paralelo de ensino dirigido ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais de ensino dirigido ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, agora ela se volta, prioritariamente, para dar suporte à escola regular no recebimento desse alunado. Lembremos que a Educação Especial se constituiu baseada em um modelo médico, segundo o qual a deficiência era compreendida e tratada como uma doença crônica.

Nessa perspectiva as pessoas com necessidades especiais, assim como os demais indivíduos que se distanciavam do padrão reconhecido de “normalidade”, eram estigmatizados e marginalizados da vida social. Assim, todo o atendimento prestado a essa clientela era de natureza segregada, em escolas ou instituições especializadas.

Inclusão social pode ser conceituada como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas, pessoas com necessidades especiais. SASSAKI (1997) afirma, então, que inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos sete ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio deficiente. Segundo SASSAKI:

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas precisassem pagar “ingressos” para integrar a comunidade. (SASSAKI, 1997, 41).

Com isso, o processo de integração das pessoas com necessidades especiais na sociedade se inicia com a aceitação da própria família, na qual seria sua primeira inclusão necessária para o futuro. A pessoa com necessidades especiais tem o direito de trabalhar e o respeito de suas necessidades individuais. Quando preparadas e orientadas, essas pessoas são capazes de desenvolver inúmeras atividades, pois, tendo suas habilidades e aptidões desenvolvidas, superam suas limitações, apresentando condições de concorrer com outras pessoas. Por outro lado, a sociedade não está preparada para aceitar suas diferenças e, muitas vezes, a própria família evita expor esta pessoa devido ao preconceito.

O MEC adotou até hoje o termo "pessoas com necessidades educacionais especiais" - PNEE ao se referir a alunos que necessitam de educação especial. Mesmo incluindo entre esses alunos os que apresentam dificuldades de aprendizagem, os que têm problemas de conduta e de altas habilidades, a clientela da educação especial não fica ainda bem caracterizada, pois se mantém a relação direta e linear entre diferença e deficiência no ensino especial.

A Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205 afirma que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu Artigo 208, prevê: [...] o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a

garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Este e outros dispositivos legais referentes à assistência social, saúde da criança, do jovem e do idoso levantam questões muito importantes para a discussão da educação especial brasileira, não apenas com relação à adaptação de edifícios de uso público, quebra de barreiras arquitetônicas de todo tipo, transporte coletivo, salário-mínimo obrigatório como benefício mensal às pessoas com deficiência que não possuem meios de prover sua subsistência e outros.

Entende-se por educação especial a educação dirigida às pessoas com necessidades especiais mental, auditiva, visual, física múltipla e de altas habilidades. A deficiência refere-se a perda, anormalidade de estrutura ou função de toda a alteração do corpo ou da aparência física, de um órgão ou de uma função, qualquer que seja a sua causa. A incapacidade refere-se à restrição de atividades em decorrência das consequências de uma deficiência em termos de desempenho e atividade funcional do indivíduo e que representam as perturbações ao nível da própria pessoa. Para AMARAL e AQUINO:

Desvantagens referem-se à condição social de prejuízo que o indivíduo experimenta devido a sua deficiência e incapacidade, as desvantagens refletem a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio. (AMARAL; AQUINO, 1998, p. 24-25).

No contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é fundamental que a criança seja vista como criança, não lhe negando sua diferença ou característica orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, principalmente aquele que deprecia uma pessoa ao diferenciá-la diante das demais.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA afirma que: “É incumbência dos docentes zelar pela aprendizagem do aluno com necessidades especiais na modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”. A Educação Inclusiva consiste na ideia de uma escola que não selecione crianças em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas sociais ou culturais.

A sua implementação sugere uma nova postura da escola regular, valorizando a diversidade em vez da homogeneidade. Nesta perspectiva a escola deve incorporar em seu projeto político-pedagógico e no currículo (englobando metodologias, avaliação e estratégias de ensino) ações que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos. Esse processo requer o debate e o envolvimento de todos os profissionais da educação presentes no universo escolar, e não apenas daqueles ligados à Educação Especial.

Entretanto, promover a inclusão apesar de ser um dever das escolas expresso em lei está bem longe de alcançar o objetivo maior que é garantir a todas as crianças portadoras de alguma deficiência uma escola acolhedora, de qualidade que supra suas necessidades, pois a estrutura de ensino está montada para receber um aluno ideal, com suportes padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo. E incluir as crianças da educação infantil, garantindo-lhes o direito a educação, demanda romper paradigmas educacionais vigentes na maioria de nossas escolas.

Refletindo sobre o conceito de necessidades educativas especiais, é de suma importância saber que a deficiência é antes de tudo, um produto social, cultural e não uma incapacidade irreversível.

Assim, a pessoa é considerada portadora de deficiência, a partir do momento em que sua comparação com a maioria das pessoas apresenta significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais.

Enquanto, a pessoa portadora de necessidades especiais apresenta sim, deficiências físicas, sensoriais e cognitivas, mas que, neste conjunto, ainda precisa de ajuda para desenvolver suas habilidades e minimizar suas dificuldades.

Essas ajudas consistem, no âmbito educacional, providências pedagógicas desnecessárias para a maioria das pessoas. Esse aluno necessita de um complemento educativo adicional e diferente, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, utilizando todo o seu, potencial: físico, intelectual, estático, criativo, emocional, espiritual e social, para que ele possa viver como cidadão válido, autônomo e ajustado.

2.4. NORMA DA INCLUSÃO

A educação precise questionar alguns paradigmas para compreender a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais em sua comunidade escolar. Sendo assim, entende-se:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não, que apresentam necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. (BRASIL, 1999, p. 38).

Sob essa visão, necessidades educacionais especiais (NEEs) se torna um termo abrangente, que implica não apenas a alunos com deficiências profundas, mas todos aqueles que, ao longo da vida, possam vir a ter necessidade de apoio. Neste contexto. É preciso considerar a pessoa portadores de necessidades educacionais especiais como mais um aluno que requer diferentes respostas por parte da escola e, não estabelecer as dificuldades desses alunos como algo definido, já que estas podem mudar em função das condições e oportunidades que lhes possam ser oferecidas.

A consolidação da inclusão exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança deficient precisa participar ativamente de seu processo de inclusão. Entretanto para zelar pelas crianças que necessitam de atenção especial na educação regular é preciso criar uma rede de apoio que envolva (todos os atores) ou especialistas como: Psicólogos, neurologista, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, dentista e outros. Dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, onde a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos.

A inclusão é uma possibilidade de aperfeiçoamento da educação para o benefício de todos os alunos com necessidades educacionais especiais, que depende da

disponibilidade das pessoas envolvidas para enfrentarem as inovações e as dificuldades advindas das necessidades desse aluno. Fatp não comum ao Sistema educacional e aos professors de modo geral. Para FREIRE:

Ensinar é marcar um encontro com o outro e inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ou com o qual convivemos certo tempo de nossas vidas. Mas alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além. (FREIRE, 1999, p. 69)

Sob este olhar, a inclusão passa a se constituir como um movimento que visa á transformação da sociedade. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem da escolar brasileira novos posicionamentos e é um motive a mais para que o ensino se mordenize e para que os professors aperfeiçoem as suas praticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nivel básico.

O motive que sustenta a luta pela inclusao como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiencia é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder ás necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cairn as teias da educação especial e suas modalidades de exclusão. Assim, na declaração de Salamanca, o conceito de inclusão se apresentou como um desafio para a educação, determinado que:

Para promover uma Educação Inclusiva, o sistema educacional deve assumir que as “diferenças” humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (BRASIL, 1994, p. 4).

A Declaração de Salamanca defendeu a ideia que todos os alunos devem aprender juntos e, aponta para a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode enfatizar as necessidades educativas, ou sociais do aluno. A Educação Inclusiva para Carvalho(1998), co a Declaração de Salamanca, passou a ser entendida como o direito á educação e aos bens culturais socialmente produzidos, como também aos modos de participação decorrentes das formas de sociabilidade, disoníveis adequados para esses sujeitos. Nela, a Educação Comum e a Educação Especial fundamenta-se na Educação Inclusiva e dela fazem parte, tanto o aluno ditto “normal” como aqueles que apresentam deficiência. Para Carvalho:

Uma escola inclusiva não prepara para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos - cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou modalidade de atendimento educacional oferecidas. Para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando-se as necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos para a vida. (CARVALHO, 1998, p. 3)

A formação adequada contribuirá para que o professor possa interagir adequadamente e participar do progresso de seus alunos, ele deve, além de conhecer as características de seus educandos, ter um grande interesse pelo ser humano.

O processo de ensino-aprendizagem de educando com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivências, pois se o educador conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não haverá no ambiente escolar deficiências, nem diferenças, mas haverá uma prática pedagógica diferenciada. De acordo com VYGOTSKY:

A aprendizagem da linguagem é a condição mais importante para o desenvolvimento mental, porque, naturalmente, o conteúdo da experiência histórico-social, não está consolidado somente nas coisas materiais; está generalizado e reflete-se de forma verbal na linguagem VYGOTSKY, (1989, p.114)

Ou seja, levar em consideração a produção da linguagem significa estudar o portador de deficiência como sujeito da e na história, sujeito produtor de textos, autor da sua palavra. Nesse sentido, o conhecimento, da educação especial é dialógico, é acontecimento, é encontro.

A escola inclusiva deve permitir o trabalho coletivo e diversificado, o que traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças deficientes e também às consideradas “normais”, pois possibilita que o aluno conviva com seus pares, dividindo responsabilidades e repartindo tarefas, desenvolvendo atos de cooperação, o reconhecimento das diferenças entre as pessoas e a valorização de cada pessoa para a construção de objetivos do grupo.

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em suas escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade. (PACHECO, 2007, p. 60).

Diante disso, pode-se afirmar que, para que a haja inclusão como um todo, o ambiente escolar deve promover altas expectativas sobre seus alunos, que seja acolhedor, responsável e favoreça flexibilidade em seus planejamentos, de acordo com o seu alunado.

O princípio da inclusão exige uma mudança da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, pois são os alunos quem têm que se adaptar à escola. E, ainda, não pode demonstrar atendimento individualizado aos alunos que apresentam necessidades especiais, pois deve, ao contrário, promover apoio a todos os que fazem parte da escola, desde as pessoas que constituem o pessoal de apoio até os professores e os alunos.

2.5. A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação tem como finalidade formar indivíduos capazes de viver em sociedade de forma pacífica e colaborativa com o bem comum, as finalidades

educacionais perpassam a preparação para o mercado de trabalho, ou a alfabetização, está deve promover o exercício da cidadania e o respeito à diversidade. Quando falamos em educação inclusiva, falamos da introdução do diferente no habitual e por isso o tema é relevante ao sistema de ensino, é em casa que o ensino começa e a escola dar continuidade a valores apresentados no lar além de tornar-se peça fundamental no processo inclusivo. Essa afirmativa caracteriza-se por esta apresentar pessoas capacitadas a orientar as famílias e os próprios alunos em relação a receptividade de cada aluno com necessidade especial.

A educação inclusiva promoveu uma quebra de tabus e paradigmas no ambiente de ensino e por isso é tão importante que está de fato aconteça na escola, Ferreira (2018), explica que anteriormente existia a escola regular e a escola especial, em ambas as escolas, a finalidade era o mesma, ou seja, a promoção de ensino, porém não havia integração e os conceitos de integração e respeito, a diversidade não eram postos em prática, simplesmente pelo fato dos alunos pertencentes a cada tipo de ambiente de ensino não viver a realidade de cada escola.

Ainda segundo o autor, a educação inclusiva adentra nas escolas para pôr um fim nesta divisão, assim os alunos com deficiência se permitem conviver e se integrar no meio social, conhecendo situações diversas diferentes a sua realidade, proporcionando a eles aprendizados necessários a seu desenvolvimento enquanto cidadãos que tem sonhos, e objetivos futuros. É importante permitir que crianças e jovens partilhem do mesmo espaço de vivência independente de suas limitações, assim se constrói uma sociedade livre de preconceito e com mais oportunidades.

Ferreira (2018) explica que para que a educação inclusiva aconteça de forma real, a escola precisa ter apoio, ela também precisa entender qual o seu papel no processo, além de buscar aplicar os pilares da educação que lhe darão subsídio para que o processo seja eficaz.

O autor define a educação inclusiva como sendo:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, p. 4, 2018).

Na perspectiva deste autor, para que a educação inclusiva aconteça é preciso existir redes de apoio, que ele apresenta como sendo a família e os profissionais da área da saúde. A família é fundamental por ser a base do aluno, assim estabelecer um vínculo de confiança com a escola é muito importante e os profissionais da área da saúde ajudam os educadores entender as necessidades dos alunos, geralmente os mais requisitados são os médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos.

E a escola? Como atua? Qual o seu papel? Bom, está em primeiro lugar deve aceitar os alunos com alguma forma de deficiência e realizar adaptações necessárias para garantir o direito à educação que lhes é garantido por lei. Conforme Ferreira (2018) é papel de a escola fornecer aos professores capacitação e formação continuada, preparando-os para trabalhar com essas demandas, deve também cuidar cautelosamente das adaptações e equipamentos que forem necessários para que o aprendizado aconteça.

O autor também ratifica que é importante que a instituição promova reuniões, em que é possível que os educadores partilhem experiências, frustrações e ideias, favorecendo novas aprendizagens e ajuda aos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem e receptividade destes alunos. Outra orientação apresenta por Ferreira (2018) é que as instituições de ensino utilizem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento que traz orientações para as escolas. Sobre o BNCC e a educação inclusiva destaca-se:

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes. (FERRARESI, p. 10, 2017).

Ferreira (2018), explica que a escola inclusiva é uma escola comum, pois é característico de qualquer ambiente de ensino acolher a todos os tipos de alunos, pois nesse ambiente se confrontam diversas situações e realidades distintas, o que se espera é cada singularidade seja respeitada, promovendo o bem-estar de todo o contexto de

cada aluno é algo fundamental para que existam relações saudáveis dentro e fora do ambiente escolar.

Sobre os pilares mencionados por este autor anteriormente, ele destaca como fundamentais para que a educação inclusiva se firme são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Na perspectiva do autor, quando estes pilares conseguem se equilibrar é possível garantir a aprendizagem de crianças e jovens de forma igual apesar da limitação de alguns. No entanto, apesar de tudo se mostrar simples, não é principalmente para as redes públicas de ensino, são muitos desafios para que a educação inclusiva aconteça de forma real e as escolas públicas é quem mais sabem relatar as dificuldades.

2.6 Detalhando as Necessidades Educacionais Especiais

As definições sobre as Necessidades Educacionais Especiais que se seguem abaixo têm como referência o documento: Saberes e Práticas da Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas organizado pelo MEC, secretaria de educação especial publicado em 2006.

Deficiência Mental/Intelectual – A definição de deficiência mental adotada atualmente, e preconizada nos textos e documentos nacionais, foi proposta pela AAMR- Associação Americana de Retardado Mental. O termo “deficiência mental” vem sendo substituído por “deficiência intelectual”, uma vez que esta deficiência se refere a uma significativa limitação do funcionamento na área intelectual geral do indivíduo.

Deficiência mental é uma capacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e limitações significativas expressadas nas habilidades de adaptação prática, sociais e conceituais (ex:

saber cuidar-se, autoconfiança e interagir socialmente). As limitações no comportamento adaptativo afetam a vida diária e a capacidade de adaptação das mudanças de vida e exigências do meio ambiente. A deficiência mental deve ser evidente durante o período de desenvolvimento geralmente considerado desde a concepção até a idade de 18anos. (LUCKASSON, apud JORNADA PEDAGOGICA, 2008).

Deficiência Auditiva – É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido e manifesta-se como surdez leve/moderada (perda auditiva até 70 decibéis) ou como surdez severa/profunda (perda acima 70 decibéis).

Deficiência Visual – É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Pode ser subdividida em cegueira e visão subnormal. A cegueira é ausência ou perda da visão e ambos os olhos, ou num campo visual inferior a 0,1 graus no melhor olho, mesmo após a correção não excedendo a 20 graus no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para correção. Do ponto de vista educacional, a cegueira leva a necessidade do método Braille como meio de leitura e escrita. A **visão subnormal** ocorre quando o indivíduo possui uma acuidade visual de 6/20 e 6/60 no melhor olho, após possível ao educando, ler material impresso a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Deficiência Física Neuromotora – Podemos definir a deficiência física como uma variedade de condições não sensoriais, que acometem o indivíduo em sua mobilidade, podendo comprometer em maior ou menor grau, o desenvolvimento moto, limitado o andar, a coordenação de braços, pernas e da fala, resultantes de problemas ou lesões neurológicas, ortopédicas, neuromusculares, ou ainda, de malformações congênitas ou adquiridas.

Dentre os principais quadros motores apresentados pela pessoa com algum tipo de deficiência física/neuromotora, torna-se difícil encontrar uma classificação que insira todos os possíveis distúrbios motores. Assim, os quadros de maior incidência em alunos matriculados na Educação Básica de Jovens Adultos que requerem um apoio mais intenso são:

- Lesão cerebral (paralisia cerebral, hemiplegias(paresias))

- Lesão medular (paraplegia/tetraplegias)

-Miopatias (distrofias musculares)

Deficiência Múltipla – É a associação de duas ou mais deficiência primárias (mental/visual/auditiva/física) num mesmo indivíduo, com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade de adaptação.

Transtornos Globais do desenvolvimento – Os Transtornos Globais do Desenvolvimento podem acometer nos indivíduos: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, na comunicação, num repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

Inclui-se neste grupo alunos com Autismo, Síndromes do Espectro do Autismo e Psicose Infantil, que apresentam dificuldades de adaptação escolar e de aprendizagem, associado ou não associados ou não a limitações no processo do desenvolvimento biopsicossocial, que requeiram apoio e atendimento especializado intensos e contínuos, com acompanhamento nas atividades escolares em classe comum.

Altas Habilidades / Superdotação – Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram notável desempenho e potencial elevado em qual quer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Embora as classificações e as terminologias sejam criadas para facilitar o trabalho educacional e de certa forma, dinamizar os procedimentos, sabemos que podem também, gerar consequências negativas quando são utilizadas para rotular, discriminar ou até mesmo disseminar ideias preconceituosas e pejorativas em relação aos indivíduos que delas façam parte.

Sabemos que as palavras não são neutras ou imparciais. É importante reafirmar que as “necessidades especiais”, não se referem as limitações apresentadas pelas pessoas, mas sim as exigências de ampla acessibilidade que realmente possa oportunizar condições de independência e autonomia desses indivíduos.

No entanto, para que as mudanças ocorram significativamente, independente da terminologia empregada se faz necessário provocações diferentes no pensamento e no sentimento das pessoas, ou seja, trata-se de uma verdadeira tomada de consciência desta “aparentemente nova” realidade.

2.7 Os Conceitos De Aprendizagem e Desenvolvimento, Segundo Vygotsky e Piaget Para uma Abordagem Pedagógica Inclusiva.

A forma de observar e agir de maneira positiva sobre as dificuldades dos alunos, com necessidades educativas é o grande objetivo do professor na organização de suas estratégias pedagógicas inclusivas em sala de aula. É necessário que ele procure percorrer, e entender, o percurso de aprendizagem de seus alunos sem construir uma expectativa homogênea para toda a sala de aula, principalmente em relação aos objetivos a serem alcançados, uma vez que a aprendizagem deve ser considerada enquanto um processo dinâmico e inacabado a ser desenvolvido e não um produto a ser alcançado.

Na educação muito estudiosos se dedicam profundamente ao entendimento da aprendizagem, sendo que duas referenciais contemporâneas mais interpretadas pela área educacional- Piaget e Vygotsky- desenvolveram suas teorias em realidades distintas: Piaget na Suíça, e Vygotsky, na Rússia, atribuída por mudanças estruturais e políticas. Palangana (2005) ressalta que é importante lembrar que Piaget estudou o desenvolvimento e o processo do pensamento, e não a aprendizagem. Ele observou a aprendizagem infantil, não para diferenciá-la do desenvolvimento, mas enquanto percurso para o entendimento da natureza da inteligência humana. Neste caso, a autora enfatiza que Piaget considerava o sujeito do conhecimento não um indivíduo particular qualquer, mas um sujeito universal e temporal, que sintetiza as possibilidades de cada indivíduo e de todos, ao mesmo tempo.

Para Piaget, o processo de construção do conhecimento estaria intrinsecamente vinculado a novas aprendizagens: aprender é saber fazer (realizar); e conhecer é compreender a situação, distinguindo-se nas relações necessárias e eventuais. Conhecer é contribuir significado as coisas, não somente nos aspectos explícitos dos fenômenos, mas também nos implícitos. Para isso, é necessário se considerar os esquemas

operativos no processo do conhecimento, uma vez que eles só serão bem-sucedidos através da ação.

Importa ressaltar que os esquemas operativos são produtos da aprendizagem (Palagana, 2005).

Na teoria piagetiana, são descritos dois tipos de aprendizagem: um de sentido estrito, resultado de conteúdos adquiridos das aquisições em função da experiência; outro de sentido amplo, produto das aquisições que não são derivadas diretamente das experiências, mais ela deve contar com fatores motivacionais (externos) que explicamos desencadeamento da aprendizagem; o que, muitas vezes, se percebe ineficiente, uma vez que desconsidera os interesses e as necessidades do indivíduo. Observando crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, percebe-se que nem sempre elas exercitam o seu processo de aprendizagem de maneira adequada. Algumas parecem apresentar dificuldades em dispor de recursos para se aproximar dos objetivos e da ação.

Quando nos referíamos as concepções de Vygotsky(2018) sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, os processos de desenvolvimento psicológico não poderiam ser considerados como eventos estáveis e fixos, ou seja, como objetivos. Ao contrário, eles estão relacionados a exposição dialética e dinâmica de episódios histórico-culturais que o indivíduo experimenta na sua relação com o mundo e com os outros, independentemente de suas capacidades biológicas ou psicológicas para elaborá-las.

Vygotsky (1991) afirma que a aprendizagem tem sempre um histórico precedente do desenvolvimento e ao mesmo tempo, produz mudanças na medida em que se amplia, e são representadas pela zona de desenvolvimento proximal (ZPD). Para ele, existem dois níveis do desenvolvimento: o primeiro que chamou de nível de desenvolvimento real, que representa as funções mentais do indivíduo em relação a ciclos de desenvolvimentos já completados, o que implica também na apropriação de aprendizagem já incorporadas nesses ciclos e o segundo que diz respeito do desenvolvimento potencial ou proximal, que é definido pelo número de situações e problemas que o indivíduo consegue resolver com a ajuda de um parceiro mais experiente.

No entanto, a ZDP é dimensionada pela distância entre esses dois níveis, constituindo-se daquelas funções ainda em exercícios e que não estão totalmente maduras, sendo um importante instrumento para o professor no planejamento de suas atividades pedagógicas individuais e coletivas em sala de aula. Uma aprendizagem bem organizada possa gerar progressos favoráveis ao desenvolvimento não significa que sejam necessariamente sinônimo na visão de Vygotsky. Algumas vezes o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta que o processo de aprendizagem. No entanto pressupõe um processo é convertido em outro, e assim sucessivamente. O que determina que a apropriação do conhecimento por todos independentemente das suas características pessoais ocorre no estabelecimento de relações reais, afetivas e socioculturais do indivíduo com o mundo.

2.8 Aspectos Pedagógicos na Inclusão

O educador deve orientar seus alunos, no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas e os diferentes meios de comunicação utilizados por eles, para que haja uma melhor interação social entre todos. Deve buscar meios de informar-se sobre as características de cada um dos seus alunos com ou sem deficiência, objetivando a compreensão de sua potencialidade e necessidades para que possa ajudá-los de forma significativa. O aluno com deficiência física deve participar das atividades oferecidas pela escola, junto com os outros alunos, desempenhando tarefas ou papéis de acordo com suas possibilidades. Sua participação efetiva irá proporcionar-lhe sentimento de pertencimento ao grupo, garantindo, assim, melhor interação social.

As atividades competitivas devem ser evitadas. O professor deve sempre estimular atividades nas quais predomine o espírito de equipe, onde cada um possa colaborar no que lhe for possível para que os objetivos comuns sejam atingidos. Os profissionais da escola, incluindo a equipe de apoio, devem estimular a todos os alunos a tomarem suas próprias decisões de forma que eles possam se tornar cada vez mais independentes, facilitando assim, um processo de inclusão escolar que não se restringe apenas a alunos com necessidades educacionais especiais, mas a todos os alunos.

2.9 Recursos Que Pode Ser Utilizado e Que Facilita o Processo de Aprendizagem dos Alunos com Necessidades Educacionais

A comunicação alternativa tem sido um dos recursos que vem beneficiando com sucesso, os alunos que não conseguem articular ou produzir a fala, como por exemplo: pasta frasal, prancha temática, símbolos gráficos e etc. Os recursos pedagógicos adaptados tem facilitado o aprendizado dos alunos com limitações motoras, como por exemplo: quebra cabeça, jogos de numerais em madeira, separador para material dourado, caderno de madeira, caderno com elástico e etc. Outros recursos de acordo com as necessidades educacionais dos alunos, podem ser utilizados pelo professor, recursos que são de fácil execução e podem favorecer o desempenho das atividades propostas, como por exemplo: utilização de presilhas para prender o papel na mesa, engrossamento do lápis, para melhor compreensão e outros recursos que o professor pode criar, a partir da observação do aluno nas atividades em sala de aula.

2.1.1 A ESCOLA PÚBLICA E OS DESAFIOS ENCONTRADOS

A escola pública enfrenta muitos problemas para que o ensino seja garantido, sabemos que existem muitas críticas pelo fato do ensino em muitas instituições não serem considerado de qualidade, muitos são os fatores que contribuem para essa triste realidade, dentre eles os mais citados, são a falta de valorização da mão de obra, recursos escassos para trabalhar e condições precárias das instalações. Este cenário é bem comum nas escolas da rede pública brasileira e diante disso, pensar na educação inclusiva torna-se algo necessário, pois para que alunos diferenciados necessitam de recursos diferenciados. Oliveira e Veloso (2014), ao falarem sobre desafios da educação inclusiva no Brasil apresentam inicialmente os aspectos legais desse direito, assim os autores citam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um dos marcos importante para a vida e educação de crianças e jovens e neste está explicito em seu art. 54, III que: “É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente [...] atendimento

educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Os autores também citam a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, cap. V, “Da educação especial”, parágrafo 3º, que orienta de forma obrigatória que: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Essas obrigatoriedades foram fundamentais para não deixar a educação inclusiva de modo opcional, no entanto, porque se torna um desafio efetiva-la? O que é preciso para que o processo seja prazeroso e obtenha os melhores resultados, principalmente na rede pública? São perguntas que fomentam estudos buscando as melhores soluções.

Parece fácil incluir, mas não é, estamos falando de interação, de participação de recursos que permita que cada aluno com alguma necessidade se sinta igual ao realizar com êxito uma tarefa na sala de aula. Quando listamos o que seria necessário ao perfil de uma escola inclusiva até pensamos ser coisas básicas, no entanto, toda mudança requer recursos financeiros e investimentos e é isso que muitas das vezes torna-se o grande problema da rede pública.

Garofalo (2018), afirma que este tema deve ser trabalhando dentro da escola e que alguns dos caminhos para promover essa mudança são, ou seja, para transformar a educação em um processo também de acolhimento, a autora destaca, a diversificação do currículo, a promoção de diálogo, envolvendo a comunidade escolar e familiar, investir em formação docente, dispor de tecnologias assistivas, ter um projeto de inclusão elaborado e flexibilizar o currículo.

As ideias são excelentes e são realidades, são ações que podem viabilizar o processo de inclusão na escola, no entanto, nem toda escola possui uma realidade que a permita dispor de todas estas atitudes e recursos, pois às vezes o financeiro não é compatível e a depender do contexto social da instituição até as parcerias (família e unidades de saúde) são precários, sem conexão. Quando a autora fala sobre a flexibilização do currículo ela salienta as dificuldades mais também a importância desta ação:

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagogia humanizadora que desenvolva capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda às reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo. (GARAFALO, p. 3, 2018).

De acordo com Boy (2019), a escola inclusiva é aquela que não apenas aceita a matrícula do educando no sistema de ensino, mas fortalece um sistema educacional que respeite e possibilite o acesso e a permanência de todos os educandos, garantindo-lhes uma escolarização com competência e qualidade. A autora ratifica que, na escola, só existe inclusão, de fato, se o aluno tiver aproveitamento do processo ensino-aprendizagem no seu rendimento escolar.

Conforme a autora, a educação inclusiva é pautada no tripé: acessibilidade, que diz respeito ao acesso a aprendizagem, para isso é usados recursos como o ensino do braille, de libras, bem como confecção de materiais diferenciados que tem como objetivo facilitar o acesso dos alunos ao ensino; a mobilidade, está relacionado a aspectos físicos da instituição escolar, se refere ao deslocamento, ou seja, é preciso dispor de rampas, elevadores, guias para deficientes visuais, o objetivo é facilitar a movimentação da mobilidade desse público. E por fim a materialidade, que se refere a qualquer instrumento necessário ao educando para que ele possa ser incluído.

Parece ser coisas simples de se ter nas escolas, não é? Mas como já mencionado cada escola vive uma realidade específica, que vai afetar todas as ações executadas pela instituição. A escola irá deixar de receber alunos com necessidades especiais? Jamais, está em lei, este foi um direito conquistado, mas não há garantia de um processo educativo com eficácia garantida e muito menos que a educação inclusiva de fato se fará materializada, parece ser redundante, mas as dificuldades apresentadas na rede pública

sempre se voltaram aos aspectos financeiros, seja investimento de recursos materiais, estrutura física, preparo do corpo docente e equipe de apoio especializado.

A própria implantação do processo inclusivo é algo complexo a realidade da rede pública, segundo Silva (2014), essa dificuldade justifica-se porque a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico que tem início na secretaria de educação e que valoriza todos que fazem parte do contexto escolar, inclusive o professor, este principalmente porque é quem atua diretamente com eles buscando integrá-los e ensiná-los. A autora acredita que este é um processo contínuo e que por isso o educador deve ser sempre atualizado, assim ratifica que um dos pontos a ser reforçado como forma de superar as dificuldades é educação continuada dos profissionais da área de educação.

Todas as “pedras” que a educação inclusiva encontra em seu caminho rumo a um ensino público de qualidade está sem dúvida voltado a questões de investimento, pois sem ele torna-se quase que impossível atender as demandas como prevê a legislação vigente. De acordo com Yoshida (2018), é fundamental que a equipe gestora da escola tenha plena consciência sobre estas questões legais, fazendo-se valer os direitos de cada aluno, pois independente da realidade da instituição, esses aspectos devem ser seguidos. Conforme a autora:

O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos. (YOSHIDA, p. 5, 2018).

A autora ainda explica quais os pontos que devem ser considerados dentro da perspectiva do processo inclusivo em toda e qualquer escola, e salienta que existe uma má interpretação do que a lei e documentos sobre o assunto determina como fundamental,

Como por exemplo, “muitas vezes a interpretação dada para o termo “adaptações razoáveis” seja entendida como adaptações curriculares. “O documento fala em adaptações no meio físico, na comunicação, na forma de realizar as provas, por exemplo. (YOSHIDA, p. 6, 2018).

Dentro do contexto escolar outra ação bastante relevante é conversa e resolução de conflitos em sala, sobre isso a autora salienta que os professores podem conversar com suas turmas sobre a chegada de um aluno com deficiência para reforçar a visão inclusiva e por fim ela aborda a qualidade do ensino e da aprendizagem, sobre esse aspecto ela afirma que:

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentar seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos. (YOSHIDA, p. 10, 2018).

De um modo mais específico cada escola pública brasileira apresentará suas dificuldades no processo inclusivo, mesmos as que dispõem de sala de recursos, profissionais capacitados e até materiais que facilitam a prática cotidiana terá algum problema relatar, porque ainda não se tem escolas de ensino regular com 100% de eficiência no quesito inclusão, infelizmente sempre falta algo, assim este estudo mostra de forma ampla o que as atinge. Às vezes as escolas possuem recursos mais a equipe pedagógica não está preparada ou ao contrário, no entanto as discussões trazidas por alguns autores revelam que mesmo sem recursos se alguns dos pontos trazidos por Yoshida forem postos em prática já é possível melhorar e muito a situação da instituição no critério receptividade e ensino destes alunos.

2.1.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

A família tem um importante papel sobre o ser humano, desde sua geração no útero de sua mãe, até o seu nascimento, crescimento e formação pessoal e social. A criança sempre será responsabilidade da família, sendo ela especial ou não. Cabe impreterivelmente aos pais fazerem com que sua presença seja notada de maneira a não o excluir, para que possa conseguir um olhar diferenciado que favoreça a sua inclusão quanto pessoa, como cidadão de honras e direitos.

Assim não se pode falar em inclusão escolar se não houver, primeiramente, inclusão familiar. Na verdade, o primeiro passo da inclusão se inicia na aceitação familiar, pois é sempre muito difícil pra família aceitar que seu filho se diferencie das outras crianças de alguma forma. Desta maneira se faz necessário o acompanhamento de profissionais capacitados para trabalhar a família e prepará-los para o novo.

A família tem que ser bem-preparada para superar o choque, a perda da idealização deste filho, neto, sobrinho, irmão, pois a sensação dos pais é de puro fracasso na geração de um filho “defeituoso”. O que tem que ser trabalhado de imediato é o vínculo afetivo que a família deverá ter com ele. De uma certa forma facilita quando a família se sente como pessoas capazes de entender a situação e que existem profissionais adequados e capazes, para fazer diminuir bloqueios e ansiedades. (ALVES, 2009: 27 e 28).

A chegada de um ser especial no âmbito familiar é muito diferente do que quando recebemos um ser denominado normal. Sabe-se o quanto é difícil à aceitação de uma criança especial, por causa da idealização daquele ser mesmo antes de nascer. Então é o inesperado pela família, porque ninguém planeja ter uma criança especial, e quando acontece à surpresa, é total. Em primeiro momento busca-se verificar o porquê até se chegar ao processo de adaptação da família em cuidar e conviver com as necessidades daquela criança.

Nesse primeiro impacto a estrutura familiar tende a ruir, é um processo lento e delicado para os que vivem esta realidade, principalmente para a criança especial, pois seus progressos só se tornarão possíveis, quando sua família puder aceitá-lo e ajudá-lo nas suas reais necessidades.

Um filho com deficiência nunca é desejado e, quando isso acontece, desperta sentimento de perda, culpa, raiva, negação, vergonha, pena, medo e muitos outros. Ninguém está preparado para ser pai, mãe ou irmão de uma pessoa portadora de deficiência. Nem os médicos estão preparados para percebê-la, menos ainda, para dar a notícia de maneira adequada”. (ALVES, 2009: 29).

Um dos momentos mais delicados desta situação é dar a notícia aos pais que seu filho, é especial. Muitas vezes seu problema é perceptível logo de início, ao primeiro olhar, mas alguns não e pode levar certo tempo até que seja descoberto, e mesmo sendo logo ao nascer ou não, sempre será um momento difícil, até porque algumas famílias tendem a ser relutantes ao assunto e demoram pra aceitar que seu filho necessita de atendimento especializado. Então se precisa que o médico esteja preparado para dar a notícia aos pais, e para confortá-los de alguma forma, e ter a consciência que este momento pode mudar tudo no futuro da criança e da sua família.

A família passa por várias fases difíceis na sua convivência diária. E partir do momento em que se tem o conhecimento de que a criança precisará de acompanhamento cabe restritamente que os familiares lhe proporcione o atendimento que lhe é necessário para melhorar sua qualidade de vida. É imprescindível a participação dos familiares.

É muito importante ter a conscientização que para o médico também é um momento muito difícil, pois por muitas vezes ele fica constrangido, não sabendo como contar aos pais, quando se defronta com um recém-nascido, com suspeita diagnóstica, de alguma patologia ou síndrome. Dependendo da maneira que se dá a notícia, pode-se criar uma série de consequências e uma delas é a rejeição dos pais à criança e deles acharem que não existe atendimento especializado para o bebê. (ALVES, 2009, p.29 e 30).

As pessoas com necessidades especiais tendem a serem vistas como diferente. É uma das responsabilidades dos médicos esclarecerem aos familiares que a criança especial pode levar uma vida saudável e que existem profissionais capazes de ajudá-los a melhorar suas habilidades e funções na medida em que superar as barreiras do

medo e do preconceito que causa dor e o isolamento da criança e muitas vezes esses tipos de coisas partem até mesmo por parte da família, e é um dos maiores vilões da total inclusão desse ser no âmbito familiar, escolar e social.

São comuns as mudanças familiares e é papel da escola perceber os impactos que o aluno especial tem sobre a família. Dessa forma a escola tem responsabilidades múltiplas tanto com o aluno, quanto para com a família. Quando a criança vai para escola na maioria das vezes já encontra dificuldades logo de início. Na verdade, apesar da criança especial ter direito a matrícula, e permanência na rede regular de ensino, algumas instituições ainda dificultam sua entrada na escola, por falta de profissionais capacitados, estrutura física dos prédios inadequada as suas necessidades etc. O que entristece profundamente os pais quando sentem a rejeição para com seu filho e aí se inicia sua grande batalha para a sua inclusão, mas do contrário a escola pode ser seu alicerce e a base do seu progresso.

É essencial que haja unidade, pois à família, cabe a correção dos filhos, à escola, o ensino. Quando a família, por qualquer motivo, ainda que justificável, não consegue cumprir a sua parte, o aluno fica desprovido de atributos que o preparam para a aprendizagem escolar, principalmente aqueles que estabelecem os limites da convivência social e que desaguam no comportamento. Em razão disso, será na escola que ele descobrirá preceitos comportamentais imprescindíveis para a aprendizagem. (CUNHA, 2011, p. 126)

O ambiente familiar do aluno especial deve ser amplamente pedagógico e aberto aos novos desafios. Primeiramente é a família que o ensinará a cumprir as regras básicas de higiene pessoal e de convivência, ensinando a cumprir ordens e horários, moldando sua postura comportamental para sua integração social.

Em muitos casos, essa coadunabilidade resultará em um mesmo proceder nos dois espaços. As atitudes da vida prática, como hábitos de higiene; de escopo pedagógico, e os diversos estímulos para o contato social precisarão ser concordes. É necessário que os pais e os profissionais da escola trabalhem da mesma forma, estabelecendo os mesmos princípios que permitirão uma articulação harmoniosa na educação. (CUNHA, 2011, p. 127)

O trabalho em conjunto escola e família é essencial para o pleno desenvolvimento e inclusão da criança especial, pois ambas precisarão trabalhar em parceria e da mesma maneira para que não haja contradições no que buscam para o seu alunado. Deve haver pleno respeito e responsabilidade para com a educação desses alunos, e principalmente em se alto ajudarem nos momentos de superação das barreiras que possam surgir.

Percebendo que quando a educação da criança é prioridade familiar, os educadores se mostram mais dispostos a inovarem no seu ensino e tendem a acompanhar as expectativas familiares, melhorando seu currículo em razão das necessidades especiais daquele aluno. E quando há condições financeiras suficientes alguns pais optam por contratar profissionais especializados para ensinarem seus filhos, além do ensino dentro da sala de aula, é um dos aspectos que contribuem muito para o desenvolvimento do educando e materiais pedagógicos que podem ser utilizados no ambiente familiar que ajudam a alavancar seu aprendizado.

Mas infelizmente nem todas as famílias têm condições financeiras que lhe permitam contratar alguém especializado para determinados fins e contam apenas com a rede pública de ensino.

Para acompanhar o desenvolvimento do aluno a escola deve se reunir periodicamente com os familiares, fazer relatórios e trocarem ideias e observações que devem ser feitas diariamente e submeter a criança a exames médicos- laboratoriais que possam fornecer ajuda se forem necessários e se fizer uso de medicamentos a escola deve ter o conhecimento e em principal o profissional que trabalha com esta criança.

O amor é um instrumento pedagógico fundamental para o processo de ensino, por meio do afeto é que despertamos as ações. Não se pode fazer um bom trabalho se não houver amor e satisfação na sua prática pedagógica. Trazendo para a realidade que se vive hoje a afetividade da família e dos profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem e que fazem toda a diferença no setor educacional.

Pois segundo CUNHA (2009: 132), afirma que: Se não podemos ser afetivos sem adquirir predicados necessários ao exercício docente tampouco podemos exercer a prática pedagógica sem os atributos do amor.

Decerto, é mais importante semear no educando o desejo de aprender do que simplesmente ensinar. O principal gene do afeto é o amor, que reveste de humanidade a práxis escolar, com laços de compreensão e entendimento, tornando o aprendizado surpreendentemente atraente. É notório que aprendemos melhor quando amamos. (CUNHA, 2009, p. 34).

É importante não superproteger a criança especial porque isso só retardará o seu aprendizado e o prejudicará tanto no convívio social, quanto no convívio escolar.

Sabemos que o mundo que vivemos é repleto de regras e normas a serem seguidas e se essa criança não aprender a conviver com elas no leito de sua família, elas terão que ser ensinadas na escola. E tais ensinamentos se tornam ainda menos aceitáveis quando a criança já tem certa idade, ou seja, a certa resistência em cumprir e aceitar as suas responsabilidades e normas.

As interações sociais, a família interagir com a escola, as afetividades, a boa comunicação entre os personagens da escola e o aluno, a possibilidade de uma boa vivência social entre todos, tudo isso cria um desempenho importante na formação da personalidade da criança. A escola inclusiva não é diferente, porque o seu papel será o mesmo, só vai depender de quem irá lidar com este aspecto. (ALVES, 2009, p. 40).

E para provar seu amor e dedicação a família precisa deixar que seu filho, siga seu caminho ajudando-o a trilhar seus objetivos e não interferindo neles, mesmo sendo difícil, mas se faz necessário para o seu crescimento e fortalecimento como pessoa livre.

O aprendizado é múltiplo, quando damos aos outros a oportunidade de aprender com as nossas dificuldades e limitações, pois todos os seres têm limites, só precisamos conhecê-los.

Apesar de tudo que se tem alcançado para melhorar a qualidade de vida e de ensino do aluno especial, e de termos profissionais capacitados na área, muitos pais ainda insistem em interferir na vida desta criança, privando de participar da escola e de receber os atendimentos necessários para o seu aprendizado.

Portanto, vale ressaltar que um dos passos para a inclusão é sensibilizar os pais ou responsáveis por essas crianças, de que elas realmente necessitam de atendimento especializado e de que elas têm papel fundamental na sua inserção social, a começar pela sua participação e integração no ambiente familiar e escolar.

2.1.3 Os Processos Educativos Utilizados Pelos professores no 1º Ciclo de Alfabetização.

No caso da educação e socialização das crianças com necessidades educacionais especiais, a ludicidade torna-se importante para auxiliar no processo de alfabetização e inclusão dessas crianças, para conquistar os objetivos propostos para o desenvolvimento é preciso utilizar de recursos que chamem a atenção e o interesse do grupo como um todo.

A importância do lúdico no processo de inclusão das crianças com necessidades especiais acontece com as atividades lúdicas como estratégias pedagógicas e buscam a estimulação da fantasia e do brincar, de modo a possibilitar o desenvolvimento escolar das crianças, é possível realizar diversos jogos e brincadeiras com crianças com necessidades especiais juntamente com o grupo.

Cabe ao professor estar atento para esta necessidade específica e ter sensibilidade suficiente para buscar uma maior interação do grupo, fazendo com que a efetividade

substitua a hospitalidade, o companheirismo a competitividade e a democracia o autoritarismo, é a melhor maneira de fazer isso é na relação do brincar.

Para Piaget (1973), os jogos e as atividades lúdicas se tornam significativas e medida que a criança experiência e se desenvolve a partir e reinventar as coisas exigindo uma adaptação mais completa. Essa adaptação só é possível, a partir do movimento em que ela própria evolui internamente, transformando essas atividades lúdicas em linguagem escrita, o abstrato.

2.1.4 O Papel do Docente na Alfabetização de Alunos com Necessidades Educativas Especiais.

No entanto é essencial que estratégias sejam desenvolvidas de diferentes maneiras de forma que o ensino proporcione ao aluno melhor interação participação e desenvolvimento em atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento, é através da utilização destas estratégias que se define o que é necessário para o desenvolver as atividades, pois estas determinam quais são os métodos e técnicas mais apropriadas para que ocorra a intervenção no processo de aprendizagem.

Dessa forma, o professor precisa planejar várias estratégias de ensino, porque em todos os alunos constroem o conhecimento pelos mesmos caminhos, ou seja, os alunos tem estilos de aprendizagem diferentes um do outro.

Por isso a aquisição da linguagem escrita é compreendida como uma evolução conceitual da criança, dentro de seu processo cognitivo e não como decorrência de aptidões perceptuais, vasomotoras e de memória, dependendo de cada sujeito

apresentar uma experiência de aprendizagem diferenciada, levando em conta suas experienciais e contexto educativo no qual esteja inserido.

Na alfabetização, quando se aprende e ensina o código alfabético (as relações entre letras e sons), a primeira forma de explorar os materiais escritos é deixar os alunos entrarem em contato com a matéria, folhear, manusear, olhar as ilustrações. Sem pressão, sem censura, sem cobrança, as crianças conhecem o toque, o peso, as cores o cheiro de livros, revistas e jornais. É um primeiro conhecimento que faz pelos sentidos, pela afetividade e pelo intacto (CARVALHO,2010, p.15).

O professor precisa planejar e desenvolver atividade que favoreçam a aprendizagem de forma que a aquisição do sistema de escrita sirva para que as crianças com necessidades possam aprender a usar a leitura e a escrita em várias situações de aprendizagem onde alunos e professores, junto, através da reflexão, resolvem problemas, superam desafios transcendem barreiras e limitações e, independentemente de suas dificuldades os alunos terão a possibilidades de alcançar a construção de conhecimentos.

2.1.5 Contribuição aos Professores do Ensino Regular

Sabemos que ensinar, é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado: competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender as especificidades educacionais de seus alunos.

Como vimos, incluir pessoas com necessidades educacional, isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação de formas de ensinar e

avaliar; trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua” não preparado” pra desenvolver estratégias de ensino diversificando, mas aluno com necessidades especiais está na escola, então a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam proporcionar o início de uma inclusão escolar possível.

Nesse sentido, direcionamos nossa atenção que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo. Sugerimos algumas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptação Não Significativa), possível de serem aplicadas. De acordo com o MEC, as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais:a) de acesso ao currículo; b) de participação comum quanto possível: (BRASIL,200, p.7).

Essas adaptações, são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instancias superiores e tem sua implementação totalmente realizada através do trabalho decente.

De modo geral dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

As adaptações de pequeno porte (não significativas) constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. Além dessas adaptações gerais, é importante refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade.

É importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidade especiais, no ensino regular, é necessário que faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito as diferenças.

2.1.6 Inclusão Escolar

A educação inclusiva parte do Princípio Fundamental de que toda criança tem direito à educação e oportunidade de atingir um nível adequado de aprendizagem. Porém nem sempre essa educação inclusiva é alcançada em sua plenitude. Isso acontece porque os desafios da inclusão escolar no cotidiano da escola regular ainda são muitos.

A importância da inclusão escolar e fundamental dessa iniciativa baseia-se no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que “todo ser humano tem direito à instrução”. A inclusão escolar, além de ir ao encontro da garantia desse direito também tem um papel importante no desenvolvimento socioemocional e psicológico das crianças com necessidade especiais.

A legislação brasileira (LDBEN 9394/96), por sua vez, busca garantir que as crianças que apresentam algum tipo de necessidade especial possam se socializar, desenvolver suas capacidades pessoais e aprimorar sua inteligência emocional por meio da inclusão escolar.

O acesso à escola não só promove o desenvolvimento pessoal, mas também é uma ferramenta social importante para os relacionamentos interpessoais, uma vez que o ambiente escolar é um dos principais espaços nos quais as crianças têm a oportunidade de lidar e construir laços com pessoas de fora das suas famílias.

Dessa forma, a inclusão é vantajosa não somente para os alunos com necessidades especiais, mais também para os demais, que aprendem na prática a conviver com essas diferenças. Afinal, saber lidar com a diversidade é muito importante para o convívio em sociedade.

Ainda que os benefícios de inserir crianças com necessidades especiais em ambientes de educação regulares sejam bastante impactantes, a inclusão escolar não pode ser realizada de qualquer maneira. As escolas devem dispor de recursos apropriados para recebê-las para que elas sejam realmente incluídas nas atividades.

2.1.7A Importância da Educação Inclusiva

Aprender, desenvolver suas capacidades e ser incluído de fato na sociedade é um direito de todos. Dentro desse contexto a educação inclusiva atua transformando a escola em um espaço de integração entre o ensino regular e o ensino especial. Esse formato acolhe todos os alunos, oferecendo suportes distintos e personalizados para crianças e

jovens que tem barreiras de aprendizagem por serem portadores de necessidades especiais.

Para explicar o que é educação inclusiva é necessário diferenciá-la da educação especial. Enquanto a primeira é uma modalidade de ensino em que todas as pessoas participam da escolarização, como uma forma de processo social de inclusão, a segunda é um modelo que compreende desenvolver as habilidades das pessoas com deficiência.

Ou seja, a educação especial é incluída dentro da escola regular, transformandoa em um espaço de convívio entre todos, considerando que qualquer aluno pode vir a ter necessidades especiais em seu processo de aprendizado. Dentro desse conceito, portanto, uma escola regular deve passar por adaptações, para que possa receber, com a atenção e os cuidados necessários, alunos com deficiências. Por isso é preciso ter apoio especializado e utilização de recursos, tornando esse processo realmente mais inclusivo.

A educação inclusiva é importante porque, diferentemente da educação especial, ela não separa o aluno do convívio e aprendizado dos estudantes de uma escola regular, permitindo que ele desenvolva como parte integrante da sociedade. Ao mesmo tempo, a escola oferece todo o suporte necessário em suas particularidades, como em uma escola especial. É, portanto, uma integração entre os dois tipos de ensino se mostrando benéfica para os alunos que frequentam instituição com tais características.

Um dos grandes desafios da educação inclusiva é ter materiais, espaços e pessoas capacitadas para atender a uma demanda que exige diversidade e maior atenção no dia a dia. Apenas dessa forma é possível suprir as necessidades de cada aluno com o respeito e a atenção exigidos.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A E.E. Prof. ^a Marly Maria e Souza Da Silva recebeu a denominação da localidade na qual está situada. Localizada em uma área urbana, na Rua 12, Lote 01, Q 18, Macapaba II nº2110 em Macapá-AP e oferece aulas de Ensino Fundamental I, primeira escola com classes bilíngues do Amapá.

A Escola foi oficialmente fundada em 06 de março de 2018, a escola com classe bilíngue é um projeto do Governo do Amapá, realizado em parceria com a Embaixada da França no Brasil, que está dando muito certo.

3.1 Projetos Educacionais e Parceiras

A escola Marly Maria possui uma política de incentivo a educação em prol de uma formação pautada nos valores da ética, da cidadania, e da cultura francoamapaense. As crianças da escola são envolvidas em projetos ambientais, esportivos, entre outros.

Além disso, para favorecer as interações verbais, todos os funcionários da instituição fazem curso de língua francesa- uma parceria realizada com Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand. Todos os professores estão formados pelo Programa de Aprendizagem do Amapá (Paap) e, este ano começam a utilizar em sala de aula os livros e materiais didáticos do programa.

A escola também possui parceiros, como o Programa Educacional de Resistencia as Droga (Proerd), em que os estudantes aprendem noções de cidadania; e o Rotary Club Amapá, que doou livros relacionados á língua francesa para a instituição.

3.2. Estudantes Bilíngues

Atualmente, 920 alunos estão matriculados na escola Marly Maria, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I. A proposta é capacitar o estudante para que ele domine a língua francesa desde aos seis anos de idade, e utilize desse conhecimento para o seu desenvolvimento social e crescimento pessoal. A instituição começou atendendo apenas

1º ano com classe bilíngues em 2018. Este ano, tanto alunos do 1º quanto do 2º ano terão aulas de matemática e ciência em língua portuguesa e em língua francesa.

3.3 Espaço Físico e Equipamentos

Atualmente escola, tendo em sua estrutura física 12 salas de aula, 01 pátio pequeno, 01 cozinha, 01 secretaria, 01 despensa, e 04 banheiros. Auditório, Pátio Coberto, Área Verde, Sala da Coordenação Pedagógica, Sala da Direção, Sala do AEE

A escola dispõe de alguns equipamentos como 1 microscópio, 1 Datashow, 6 computadores, 3 impressoras, 2 TVs, 2 DVDs, 6 armários sendo 5 de ferro e 1 de madeira, 1 fogão industrial, 1 geladeira, 1 freezer, 1 guarda – louça, 2 botijas de gás, 1 liquidificador, 2 ventiladores de pé, 2 caixas de som estéreo.

3.4 Regime De Funcionamento E Turnos Ofertados

A escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I Prof.^a, Marly Maria, trabalha em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, atendendo alunos em Regime Regular e público, numa perspectiva de Educação Inclusiva, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental de nove anos, de 1º ao 5º ano nos dois turnos, manhã de 7:30h as 11:30h e a tarde das 13:30 às 17:30 horas.

3.5 Organização Escolar: Relação Professor – Aluno, Gestão Escolar, Professores/Alunos, Aluno-Aluno, Escola-Pais, Escola Comunidade.

O relacionamento entre professores e alunos na instituição é bastante amigável e satisfatório, pois alguns dos alunos já convive com a maioria dos educadores na

comunidade, o que facilita o trabalho de todos. Com isso é possível tanto à direção, quanto docentes manter uma boa relação e contato com os pais de alunos, visando sempre o crescimento escolar e social do aluno. Desta forma busca-se manter uma gestão democrática na instituição.

Porém para se falar de gestão democrática, faz-se necessário, primeiramente, conhecer seu conceito básico para, posteriormente, adentrar em suas diversas facetas. Segundo o Dicionário “Novo Aurélio da Língua Portuguesa, Século XXI” (1999: 985), gestão origina-se da palavra latina *gestione* e se refere ao ato de gerir, gerenciar, administrar.

De acordo com (MENDONÇA, 2001 *apud* PACHECO, 2009: 36) o processo de democratização da educação no Brasil passou por vários estágios. Inicialmente, houve o direito universal ao acesso à escola e, posteriormente, o direito a um ensino de qualidade e à participação democrática na gestão das unidades escolares e dos sistemas de ensino.

Nesse sentido, a gestão democrática não pode ser confundida somente com a execução participativa das atividades educacionais. Ela deve interferir também na formulação das políticas educacionais e no seu planejamento. Uma gestão democrática é, portanto, um processo que envolve as fases de pensar, planejar e fazer as políticas públicas no campo educacional assegurando, em todos esses momentos, a participação da comunidade educacional.

Mediante tais conhecimentos a gestão escolar para se concretizar, precisa ter parceria com seus participantes priorizando o crescimento educativo de cada um e sensibilizar pais, professores, alunos e comunidade que a sua participação, atuação e opinião são fundamentais para que haja realmente o progresso e satisfação de todos no âmbito educacional.

Portanto ao adotar tais métodos a escola de modo geral tem por objetivo alcançar a gestão democrática e fazê-la acontecer em sua plenitude mas, para isso é necessário que os integrantes do processo educativo atuem conscientes, na execução de todas as etapas que envolvem a administração, ou seja, desde a elaboração a aplicação dos projetos e metas, reconhecendo e assumindo sua influência de participação no desenvolvimento das ações.

4. Procedimentos Metodológicos

A investigação do estudo será realizado na Escola Estadual Prof.^a Marly Maria e Souza da Silva, com os professores que atuam no 1º ciclo de alfabetização do ensino fundamental I, da rede estadual de educação na cidade de Macapá-Ap. Opta-se pela utilização da abordagem qualitativa exploratória, objetivando conhecer a metodologia utilizada, para subsidiar a realização das atividades com os alunos portadores de necessidades especiais, assim como os profissionais que atuam com esse segmento de ensino, sendo realizada na escola campo entrevistas e questionários, envolvendo o gestor escolar, professores regente de uma turma regular e os professores do AEE e os cuidadores, por meio de coleta de dados. Tendo como perspectiva analisar o perfil dos docentes, através das informações coletadas durante a pesquisa.

5. PROPOSTA

A inclusão de crianças com necessidades especiais no sistema regular de ensino tem sido bastante discutida tanto em seguimentos educacionais, quanto nos seguimentos sociais, uma vez que esse assunto chega até, a ser polêmico, se levarmos em consideração a divergência de opiniões sobre o assunto.

Falar de Educação Inclusiva não é fácil, mas, porém, necessária para que possamos conhecer e nos sensibilizarmos de que a inclusão também depende de cada um, cidadão que convive e faz parte de uma sociedade. E mais difícil ainda é falar das dificuldades que são enfrentadas para que a inclusão aconteça, pois são inúmeras e incontáveis e mesmo tendo conhecimento sobre elas pode-se observar que os avanços ainda são poucos diante do que se é desejado por todos. Incluir o aluno especial não é só mantê-lo matriculado e frequentando a sala de aula.

Precisam-se dar condições adequadas para a sua permanência e avanço no seu aprendizado de maneira geral, ou seja, é necessário ter assistência educacional para as suas reais dificuldades.

Sabe-se que existem várias leis que amparam o ser com necessidades especiais, e garantem a sua inclusão na escola, preferencialmente na sala comum de ensino. Mas sabe-se também que nem sempre seus direitos são respeitados. Porque incluir não é só ficar na escola isolado. Ele deve participar ativamente na escola e estar inserido, desde o planejamento ao desenvolvimento das ações, e para isso a escola deve lhe oferecer acessibilidade, uma vez que ele é quem deve ter as honras de ser assistido e inserido na escola.

As dificuldades encontradas no setor educacional são diversas, principalmente quando se trata de Educação Especial. Não pela deficiência que o aluno tem, mas sim pela falta de investimentos para adaptação das escolas e na formação dos profissionais que atuarão com a clientela.

Diante das problemáticas encontradas na instituição de ensino pesquisada, podese sugerir a reestruturação da escola tanto na parte física, quanto em materiais pedagógicos que são de grande contribuição para o processo de Ensino Aprendizagem e para que o aluno se sinta a vontade e tenha acessibilidade total na escola.

Construir uma sala de AEE- Atendimento Educacional Especializado, porque a escola já atende crianças com necessidades especiais; construir banheiros adequados para eles, que a escola não possui;

A busca de maior apoio junto a SEMED- Secretaria Municipal de Educação, principalmente nas questões de formações continuadas para os profissionais que atuam ou não na área, pois todos estão sujeitos a ter um aluno especial na sua classe. Então é interessante que o professor já tenha informações básicas de como trabalhar o aluno especial, e para que isso aconteça é necessário promover formação continuada para todos os professores.

Não podemos esquecer-nos dos pais, que precisam acompanhar e ter as informações necessárias sobre as necessidades dos seus filhos e estar sempre presente em suas vidas. Sugere-se então que haja um maior apoio a família pela escola e pela SEMED,

Disponibilizando assistência de um profissional capacitado, com palestras e orientações para melhorar a vida da criança e o aprendizado da criança.

Portanto apesar das leis que asseguram a matrícula do aluno com necessidades especiais na escola, ainda encontramos muitas dificuldades. Segundo a pesquisa realizada pode-se comprovar que os desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais são vários e dentre eles se destacam: a falta de estrutura adequada da instituição de ensino; falta de qualificação para os professores e demais funcionários que convivem com o aluno; falta de materiais didáticos adequados as necessidades do aluno; falta de uma sala de recursos (sala de AEE); falta de maior apoio da SEMED- Secretaria Municipal de Educação; falta de esclarecimento dos pais sobre as reais necessidades de seus filhos;

Então se conclui que ainda falta fazer muitas mudanças para alcançarmos nossos reais objetivos, que é ter uma escola acolhedora, onde seus alunos com ou sem necessidades especiais estejam inseridos e participando ativamente com liberdade e conforto de todos. É difícil sim, mas não é impossível.

6. CONCLUSÃO

A Educação Especial atualmente passa por uma transformação, que se caracteriza pelo movimento da Educação Inclusiva, visando modificar as atitudes sociais estabelecidas ao longo da história, principalmente no tratamento que era dado as pessoas com necessidades especiais. Essa mudança é benéfica e contribui para assegurar que os direitos dos cidadãos sejam válidos e efetivos em todos os níveis.

E para que a escola seja um espaço acolhedor de formação para todos, e um ambiente inclusivo é preciso que se criem novas leis frente às dificuldades das pessoas com necessidades especiais, visando não só o acesso como a sua permanência e principal a sua aprendizagem.

Para que a inclusão se torne realidade, é preciso que os sistemas educacionais oportunizem cursos de formação aos educadores para atuarem com alunos que necessitam de atendimento especializado e por vivenciarmos um momento em que mundialmente se fala em inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino foi desenvolvida esta pesquisa, onde se pode conhecer que os desafios da inclusão que são muitos.

Dentre eles estão à falta de estrutura adequada que dê acessibilidade ao aluno especial, além disso, faltam materiais didáticos para as crianças, sala de AEE para um melhor acompanhamento, a falta de apoio da SEMED e dos governos, o que acaba dificultando ainda mais essa inclusão.

Portanto, esta pesquisa teve grande relevância para o crescimento e aperfeiçoamento profissional e social, foi muito gratificante ver que, apesar das dificuldades encontradas pelos professores que ali trabalham não medem esforços para fazerem o melhor aos discentes, principalmente os especiais, que ali se encontram.

7. Referências Bibliográficas

- ALVES, Fátima. **Inclusão: Muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio** – 4. RJ: Wak Editora, 2009.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.
- BRASIL. **Construção Federativa da República Brasileira de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. O direito de ter direitos. In: _____. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília, DF: MEC; Seed, 1999
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC; Seed, 2010
- _____. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 1996
- _____. **Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estado da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (Org.) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.
- MANTON, M.T.E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1992.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 1992.
- Rego, T.C. **Vygotsky: uma aprendizagem histórico-cultural da educação**. Petrópolis:

Vozes, 1995.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PALANGANA, Izilda C. Dificuldade de Aprendizagem. São Paulo: Summus, 2005.

RODRIGUES, M. F.; BRANDALISE, M.A. **Escolas especiais e visão classista: as bases históricas das concepções de atenção integral à criança e ao adolescente das classes populares**. Ponta Grossa: UEPG, 1998.

SÁ, Ricardo Antunes de. **Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Ecolares**. Editora da UFPR. 2000.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ULBRA. Universidade Luterana do Brasil. **Educação Inclusiva**. Curitiba: Ibpx, 2009

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

UNICEF. Declaração mundial sobre educação para todos. 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 8 fev. 2014.

VYGOTSKY Lev S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

8.APÊNDICES

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP **Curso: Licenciatura em Pedagogia-Programa UAB**

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I.

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

Identificação:

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Formação: _____

Tempo de trabalho na instituição atual: _____

Qual é o seu tempo de serviço na educação?

- Menos de 1 ano
- 1 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- 10 a 14 anos
- Mais de 15 anos

Você teve algum tipo de formação na área de educação especial?

Não Sim

Especifique:

- aulas particulares
- em curso de formação continuada
- na graduação
- em pós-graduação
- outros: _____

Questões Sobre o Tema

A escola tem adotado práticas voltadas para a inclusão?

Quais os fatores que dificultam o acesso da criança com necessidades especiais na escola?

Qual a visão dos professores quanto à inclusão na escola?

Quais estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais?

A secretaria de educação tem dado o suporte necessário aos pais e professores dos alunos com necessidades especiais.

A escola dispõe de sala de AEE- Atendimento especializado?

A equipe pedagógica da escola trabalha em conjunto com o diretor da escola para promover a inclusão?

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ-IFAP
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: OS PROFESSORES E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I.

QUESTIONÁRIO DOS PAIS

Identificação:

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Formação:

Questões Sobre o Tema

A escola tem adotado práticas voltadas para a inclusão?

Quais os fatores que dificultam o acesso da criança com necessidades especiais na escola?

Qual a visão dos pais quanto à inclusão na escola?

Você conhece as estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais?

Você tem conhecimento se a secretaria de educação tem dado o suporte necessário aos pais e professores dos alunos com necessidades especiais.

A escola dispõe de sala de AEE- Atendimento especializado?
